

O PROCESSO INCLUSIVO DENTRO DO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS: UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS CESP/UEA NA CIDADE DE PARINTINS

Janaina Pereira da Silva - Acadêmica em Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Parintins, Bolsista do PAIC. E-mail: janainap06@gmail.com

Simone dos Santos Ribeiro - Acadêmica em Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Parintins, voluntária do PAIC. E-mail: simone.bella.ss@gmail.com

Francisca Keila de Freitas Amoedo - Mestre do programa de Pós Graduação em Educação e Ciências na Amazônia, Graduada em Pedagogia, especialização em Psicopedagogia, Educação Inclusiva e Libras. Professora e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Coordenadora do Projeto. E-mail: keilamoedo@hotmail.com

RESUMO

O artigo tem como principal objetivo investigar o processo educacional inclusivo no Centro de Estudos Superiores de Parintins CESP-UEA, com intuito de organizarmos a história da educação inclusiva no ensino superior na cidade de Parintins. Examinando os documentos oficiais e não oficiais e entender como foi início do processo de inclusão no Cesp/UEA. Ainda trazemos indagações acerca da inclusão nos cursos de licenciaturas da universidade do estado do Amazonas considerando o processo de inclusão dos mesmos. A natureza deste trabalho parte da através de uma pesquisa qualitativa, com abordagem fenomenológica, onde teremos como método da pesquisa de natureza etnográfica uma vez que pretendemos manter um constante contato com ambiente investigado. Para a construção de dados utilizamos as seguintes técnicas: a observação, diário de campo e fotografias. Ao longo da pesquisa percebemos a importância de se discutir sobre a educação inclusiva em todas as áreas do conhecimento, e conhecer a história que permeia o processo de inclusão nos últimos dez anos.

Palavras-chave: Inclusão. Processo histórico. Ensino Superior.

ABSTRACT

The main objective of this article is to investigate the inclusive educational process at the Center for Higher Studies in Parintins CESP-UEA, in order to organize the history of inclusive education in higher education in the city of Parintins. Examining the official and unofficial documents and understanding how the inclusion process at Cesp / UEA started. We still bring questions about the inclusion in the undergraduate courses at the University of the State of Amazonas considering the process of inclusion of them. The nature of this work comes from through a qualitative research, with a phenomenological approach, where we will have as an ethnographic research method since we intend to maintain a constant contact with the investigated environment. For the construction of data we use the following techniques: observation, field diary and photographs. Throughout the research, we realized the importance of discussing inclusive education in all areas of knowledge, and knowing the history that permeates the inclusion process in the last ten years.

Key words: Inclusion. Historical process. Higher education.

INTRODUÇÃO

Pesquisas relacionadas à história do processo inclusivo ainda caminham em busca de respostas, uma vez que muito se tem a dizer, no entanto poucos são os registros encontrados ao longo dos anos. Assim, o projeto de pesquisa cuja temática é **O processo inclusivo dentro do centro de estudos superiores de Parintins: um estudo sobre o contexto histórico da inclusão dos últimos 10 anos no centro no ensino superior do estado do Amazonas CESP/UEA na cidade de Parintins**, teve como objetivo investigar o processo educacional inclusivo no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA), por ter um número considerável de acadêmicos com necessidades educacionais especial adentrando a universidade.

Partindo dessa observação acreditamos que a realização dessa pesquisa possibilitará contribuições significativas dentro do contexto social e educacional, atendendo aos pilares da educação superior que está baseada no ensino, pesquisa e extensão.

O projeto que culminou nesse artigo justifica-se pela necessidade de conhecer a história do processo inclusivo no ensino superior e assim ter os registros oficiais sobre o processo de inclusão na Universidade do Estado do Amazonas CESP/UEA na cidade de Parintins.

Assim, nos propomos investigar as motivações e quais foram as dificuldades encontradas pelos acadêmicos com necessidades educacionais especiais, transtornos ou deficiências ao adentrarem a universidade. Buscam-se fontes não oficiais (relatos pessoais, servidores antigos, documentos pessoais com fotos, etc.) que possam compor uma visão panorâmica da história da instituição no que se refere ao processo inclusivo.

Percebe-se que ainda há escassez no que se refere às produções de pesquisas bem como a implantação de políticas para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, mesmo que muitas universidades já tenham feito. Como é o caso do Centro de Estudos Superiores de Parintins CESP/UEA, que mesmo sem condições necessárias pudessem atender de forma eficaz essa demanda de acordo suas especificidades.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Os debates e as práticas educacionais voltadas à inclusão vão tornando-se mais escassas à medida que os níveis de escolarização se elevam todavia, quando ocorrem, normalmente as temáticas referente ao processo educacional inclusivo volta-se também para questões sociais, pois traz a questão de classes mais pobres da população ou para as ações afirmativas, como as

cotas para estudantes negros ou afrodescendentes (SILVA, 2006; MOEHLECKE, 2004).

Torna-se evidente, a necessidade de se aprofundar as discussões sobre as formas de admissão ao ensino superior. Uma vez que é fato que essa nova forma de entrada na faculdade tem inserido uma população maior e mais variada daquela que outrora cursava. Nesse novo panorama de estudantes, destacamos aqueles com deficiência intelectual e outras necessidades educacionais especiais relacionadas às dificuldades de aprendizagem, que têm ingressado legitimamente nesse espaço acadêmico.

Durham (2005) afirma que, ao longo de sua existência, a conquista da autonomia sempre se estabeleceu como resultado de uma negociação entre a Universidade e instâncias fora dela. Assim, diante da rápida e drástica alteração na quantidade e nos propósitos dos novos ingressantes no ensino superior, é necessário que novas negociações que possam abranger todo o ensino superior, não apenas à luz das determinações legais que sustentam a prática da inclusão em todos os níveis de ensino, mas também no questionamento da liberalização e da conseqüente mercantilização do ensino, muito presente na educação superior.

No entanto, nos anos de 2006, a Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, recebeu 17 milhões em investimentos voltados à inclusão de índios, negros e pessoas com necessidades educacionais especiais. É conveniente destacar que desse total, apenas 1,5 milhão – menos de 10% dos investimentos – foram destinados a programas de acesso e permanência no ensino superior das pessoas com tais necessidades (BRASIL, 2006). Dentro da esfera legal, as transformações, tanto na forma como nos objetivos do ensino superior, levaram à necessidade de uma nova reforma universitária, atualmente em curso no nosso país, e que tem, entre suas finalidades:

(...) impedir a mercantilização do ensino superior, buscando criar mecanismo para garantir a qualidade e democratizar o acesso com políticas de inclusão social (...) e fortalecer o vínculo para consolidação de um país democrático e inclusivo” (BRASIL, 2005, p. 1).

Portanto, as transformações pelas quais a educação brasileira tem passado ainda suscitam muitas controvérsias no que refere ao contexto educacional inclusivo no ensino superior, local este de formação que deveria ser o primeiro a ter iniciativas que viabilizem este processo. Destaca-se a imersão à história de como iniciou este processo no Centro de Estudos Superiores de Parintins, por isso a pesquisa se faz tão relevante

para construção da história da inclusão no ensino superior que por sua vez, precisa ter posições divergentes a respeito dos caminhos que foram, estão sendo e serão percorridos em direção a uma educação inclusiva verdadeiramente.

Por meio de leituras realizadas para construção de bases teóricas nos deparamos com ponto de vista que divergem entre um profissional e outro pois, a diversificação nos métodos e na organização do currículo é bem aceita, segundo Gracia (2000), embora a preocupação e a rejeição, diante de alunos com deficiências, esteja presente, o que contribui para sua conduta em sala de aula como um todo (COOK et al., 2000).

Ainda sobre a pesquisa realizada com futuros professores aponta que eles mantêm uma postura favorável à educação inclusiva quando esta é apresentada de modo genérico, porém, níveis maiores de rejeição a essa modalidade de educação surgem conforme se apresentam situações relativas ao ritmo de aprendizagem e à interação entre os alunos (CROCHÍK et al., 2006).

Essas constatações reforçam a necessidade, já apontada por León (1994) e Mittler (2003), de que a formação dos futuros professores seja voltada para a educação inclusiva, uma vez que a atitude do professor é crucial na superação das barreiras à inclusão em sala de aula.

O grande desafio é o promover na íntegra o processo de inclusão dos indivíduos com algum tipo de deficiência ou que necessitem de algum acompanhamento diferenciado. Uma vez que o termo – *inclusão* – provoca ainda desconforto. Reiterando sobre o processo de inclusão, outro aspecto pode ser percebido no que tange ao termo – *integração* – que representa a colocação do indivíduo como um cidadão em condições iguais a quaisquer outras pessoas. Pode-se perceber ao longo da história que as pessoas com deficiência sempre foram vistas com indiferença pela sociedade.

De acordo com a Constituição Federal (1988) art. 5º, estabelece que “todos somos iguais perante a lei”, fato que impulsionou a organização de grupos menores, porém, como o preconceito no Brasil é institucionalizado os tais sofreram impossibilidades no que se refere aos seus direitos sociais.

Ressalta-se que inclusão na íntegra provoca desconforto dentro da sociedade, uma vez que os cidadãos ditos normais desconhecem o campo de atuação dos profissionais engajados no trabalho participativo de grupos minoritários. Frequentemente as pessoas realizam serviços e trabalhos na área inclusiva.

O acesso ao ensino superior de todos os que nele se inscrevem tem criado um mecanismo perverso de aceitação desse estudante por meio do processo seletivo que, ao mesmo tempo,

acaba por barrar a sua permanência através de sucessivas retenções no curso escolhido. Trata-se de uma inclusão marginal, como sugere Martins (1997), que faz contar em números positivos uma população que fica presa no “limbo” do ensino superior particular sem, todavia, completar a sua formação.

Exposto o panorama do ensino superior, cabe investigar o processo inclusivo no Centro de Estudos Superiores de Parintins/AM CESP/UEA, para que futuramente possamos comparar com posicionamento brasileiro em torno da educação inclusiva, a fim de articular as questões suscitadas pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior.

RESULTADOS

A pesquisa se realizou com bases em levantamentos feitos nas fontes: oficiais (TCC, artigos, Sites da universidade, etc.) e não oficiais (história oral, conversas informais).

Com o intuito de conhecer como teria ocorrido o processo de inclusão na universidade nos últimos dez anos (2010 a 2020).

1) levantamento de quantas teses foram escritas nesses últimos anos que abordaram sobre o tema inclusão.

2) entrevista com os primeiros acadêmicos que adentraram a universidade nesse processo de inclusão.

Nesses últimos dez anos na universidade do estado do Amazonas CESP/UEA foram escritos 42 TCC e monografias que abordaram o tema inclusão, todos feitos por acadêmicos das áreas de humanas.

Em 2006, Centro de Estudos Superiores de Parintins, o primeiro acadêmico com cegueira no curso geografia, Francinaldo de Souza, que na época tinha 20 anos, perdeu a visão em um acidente de moto. Em entrevista ele nos relatou que a princípio encontrou bastante dificuldade. Professores quando o viam em meio à turma ficavam apreensivos, mas logo encontravam a melhor maneira de ajudá-lo.

Em meio de suas lembranças citou um mapa táctico feito pelo seu professor, em uma de suas aulas. Além de contar com a ajuda de outros acadêmicos em sala de aula e em trabalhos de campo, atividade muito realizada pelo curso de geografia.

Indagamos se ele voltaria para universidade para realizar outro curso, no entanto sua resposta se deu apenas por um sorriso, e a afirmação que talvez um dia voltaria para o âmbito universitário. O acadêmico formou em 2010.

Em 2008 a universidade recebeu outro acadêmico com necessidades educacionais especiais Humberto Ribeiro. Esse acadêmico

possuía baixa visão e entrou para o curso de letras. Sua história na universidade se deu por meio de muita superação.

Humberto nos relatou que nesses anos de curso tinha ajuda de seus professores e colegas. E sempre lutou para que pudesse ter todos os materiais necessários para seus estudos. “A universidade não fornecia material como: apostilas em que as letras viessem ampliadas para meu tipo de necessidade. Então, nesses anos que passei na universidade sempre busquei lutar para conseguir matéria que pudessem me garantir finalizar o curso com sucesso”.

Ao ser indagado se ainda tinha planos de fazer outro curso universitário, Humberto com um grande entusiasmo nos contou que pretende fazer o curso de enfermagem. E declara que vai encontrar muitos obstáculos, mas nenhum irá lhe parar. Afirmou que sempre lutará por seus sonhos e objetivos. Humberto se formou na universidade em 2012.

A universidade, nos últimos 10 anos, graduou apenas dois acadêmicos com necessidades educacionais especiais.

Ao longo dos anos outros jovens com necessidades específicas entraram na universidade. Hoje no Cesp/UEA temos 29 acadêmicos.

Quadro 1

História	5 pessoas surdas	1 TDH	
Pedagogia	3 pessoas Surdas	2 deficiente visual	1 TDH
Biologia	1 baixa visão		
Física	1 pessoa surda		
Química	4 pessoas surdas	1 autista leve	
Letras	1 cadeirante	1 autista	1 deficiente visual

Hoje a universidade conta com 15 intérpretes e 20 tutores para os acadêmicos surdos, no entanto o número de intérpretes ainda não é suficiente para os acadêmicos que necessitam desse acompanhamento.

Alguns intérpretes ficam com dificuldade de acompanhar os acadêmicos no contra turno, atividade extra de estudos. Os intérpretes são remunerados e recebem por trabalharem 4 horas

em sala de aula. Por isso acabam, não estando presente no contra turno.

Ao longo desses dez anos percebe-se como o processo vem se aperfeiçoando. Em 2006 quando houve o ingresso do primeiro acadêmico com cegueira, embora a universidade falasse de inclusão pouco se dava assistência para a permanência dele no âmbito universitário.

Um grande desafio foi conseguir encontrar documentos que falassem dessa trajetória de inclusão na universidade. Embora se tenha um grande histórico a ser contado pouco se escreve sobre o assunto. Até os dois acadêmicos que participaram desse processo de inclusão não escreveram sobre o tema em suas dissertações.

Logo, se queremos entender a história, devemos escrever, para fazer história.

Entende-se ainda que as políticas públicas voltadas para a inclusão no âmbito universitário precisam ser ampliadas. É necessário um compromisso que exige responsabilidade e qualidade adequada para que a inclusão aconteça de fato não somente na universidade, mas em toda comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora essa luta não seja atual, já tem se encontrado grandes melhoras quanto à integração e inclusão, principalmente no âmbito universitário. Já se criou leis e diretrizes que só vem reafirmar o que se necessitava.

O grande problema é conseguir fazer com que as leis sejam colocadas em prática como um todo. Observa-se a falta de cumprimento na legislação vigente.

Afinal, somos ou não iguais perante a lei? Se somos, podemos e devemos ser incluídos na sociedade como sujeito participante e ativo.

Ao longo da pesquisa do processo de inclusão do centro de estudo superiores de Parintins CESP/UEA, tornou-se notório quão adversa se encontrava a realidade da universidade no início do processo de inclusão.

Quantas lutas os acadêmicos precisavam travar com um sistema que prometia inclusão, no entanto, não proporcionava expectativa de que ela fosse realmente ocorrer. Ao longo desse processo houve um grande avanço qualitativo, no que se refere à universidade possibilitar o suporte e contribuir para a permanência do acadêmico que tem algum tipo de necessidade educacional especial, logo é correto afirmar que não é a pessoa que possui algum tipo de necessidade educacional específica que deve se adaptar à sociedade e nem ao ambiente educacional, pelo contrário, é a sociedade no todo que deve se adaptar, se organizar e até mesmo se reinventar para conseguir socializar pessoas que possuam limitações mais acentuadas.

Espera-se que esta pesquisa contribua para outros acadêmicos e estudiosos que buscam conhecer um pouco do contexto histórico da inclusão nos últimos 10 anos do centro de ensino superior do estado do Amazonas Cesp/UEA na cidade de Parintins, mostrando a importância de se discutir sobre a educação inclusiva em todas as áreas do conhecimento.

Percebe-se, ao longo da pesquisa, que na maioria das vezes acaba-se normalizando os problemas sociais e educacionais tão presentes no nosso dia a dia e quanto se faz necessário desperta um olhar mais crítico para tal situação.

REFERÊNCIAS

Associação Pestallose de Parintins: escola de educação Glauber Viana Gonçalves mult arte. Acesso em: 30 de abril. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação Inclusiva: experiências educacionais inclusivas 2006. Acesso em: 12 fevereiro. 2007.

COOK, B.G.; TANKERSLEY, M.; COOK, L.; LANDRUN, T.J. Teacher's attitudes toward their included students with disabilities. *Exceptional Children*, Glasgow, v. 67, n. 1, pp.115-135, 2000.

CROCHÍK, J. L.; FERRARI, M.A.L.D.; HRYNIEWICZ, R. R.; BARROS, O. N.; NASCIMENTO, R.B. Preconceito e atitudes em relação à educação inclusiva. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 24, n. 46, pp. 55-70, jul/set. 2006.

_____. *Preconceito, indivíduo e cultura*. São Paulo: Robe, 1997.

DURHAM, E. R. *A autonomia universitária – extensão e limites*. Acesso 29 abril. 2005.

GRACIA, V. S. *La Educación Integradora em Europa*. Valencia: Artes Gráficas Soler, 2000.

GROPPO, Daniela Paladini. *Intérprete de Libras e alunos surdos: comunicação em sala de aula*. Centro Universitário Amparense, 2011.

LEÓN, M.J. La perspectiva del profesor tutor sobre los problemas de la integración de los niños con necesidades educativas especiales. *Revista de Educación Especial*, Barcelona, n. 14, pp.77-83, ago./ 1994.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KUHLMANN, Jr. Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MARTINS, J. S. *A Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

PORTELLE, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.146-157, jul./dez. 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

Escola de Áudio e Comunicação Padre Paulo Acesso em: 30 de Abril. 2020.

ANEXOS

Foto 1 - Entrevista feita com Francinaldo



Foto 2 - Apresentação parcial do projeto



Foto 3 - Avaliadores da apresentação do projeto

